

CORREIO POLÍTICO

José Cruz/Agência Brasil



Tragédia no RS é um “aviso” para todo o mundo.

Enchentes em RS são aviso da Terra, diz Lula

Durante um discurso no Palácio do Planalto na última terça-feira (7), o presidente Lula descreveu as recentes enchentes no Rio Grande do Sul como um “desastre climático” e um “aviso do planeta Terra”, enfatizando a necessidade urgente de ações climáticas. Ele atribuiu os eventos trágicos a uma cobrança ambiental do planeta, durante a apresentação

de novos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, o presidente destacou a importância de entender esses eventos como sinais de alerta para a humanidade sobre as mudanças climáticas. Para o petista, as inundações em vários municípios é um sinal de que o planeta Terra “está cobrando” um preço pelas ações humanas.

Impacto

A tragédia deve impactar o preço de alimentos, mas ainda não se sabe qual o tamanho do impacto na inflação do país. A expectativa é de inflação, principalmente pelo arroz, que é um dos principais alimentos da cesta básica brasileira e tem um peso significativo no cálculo.

Tragédia

Casas, galpões e currais destruídos. Plantações inundadas e colheitas perdidas. Galinhas, porcos e vacas levados pela força das águas. Uma realidade “triste e desoladora”, afirmam pequenos agricultores, assentados e quilombolas que lidam com as diferentes perdas.

Divulgação



Pablo Marçal estaria soltando fake news nas redes

AGU pede direito de resposta por fake news de coach

A Advocacia Geral da União (AGU) entrou com ação judicial com pedido de resposta contra o coach Pablo Marçal em razão de postagens com informações falsas sobre a atuação das Forças Armadas na prestação de auxílio à população do Rio Grande do Sul. Ele foi acionado pela AGU por ter postado vídeos em redes

sociais acusando as Forças Armadas de inércia na tragédia. Conforme a Constituição Federal, o direito de resposta deve ser proporcional ao agravo sofrido. Na avaliação da AGU, o pedido de direito de resposta “é necessário para promover o esclarecimento do conteúdo e manter a integridade da informação.”

Quem é?

Pablo Marçal é um influenciador digital que promove conteúdos sobre como fazer negócios por meio da internet e faz palestras como coach de inteligência emocional. Em 2022, ele chegou a se candidatar à Presidência da República, mas teve a candidatura barrada.

Redes Sociais

A AGU também encaminhou à rede social X, em notificação extrajudicial, para que em até 24 horas a plataforma acrescente as postagens sobre o show da cantora Madonna no Rio de Janeiro o esclarecimento de que não houve repasse de recursos federais para o evento.

Desinformação

No último domingo (5), ele publicou na plataforma X conteúdos falsos sobre a atuação do governo no RS. Dentre as afirmações, ele disse que a Secretaria da Fazenda estaria barando os caminhões de doação e não estariam distribuindo comida.

PF investiga

O Governo Federal ainda acionou o Ministério da Justiça e a Polícia Federal (PF) para punir desinformação sobre catástrofe climática no RS. O governo avalia que desinformação atrapalha esforço para auxílio a vítimas em condições de extrema fragilidade. A PF apura os casos.

Aprovação do governo no sul tem caráter temporário

Pesquisa Quaest registra empate técnico de avaliações

Por Gabriela Gallo

A última edição da pesquisa Quaest, divulgada nesta quarta-feira (08), evidencia que o país segue tão polarizado quanto antes. De acordo com a pesquisa, 50% dos entrevistados aprovam o trabalho do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), enquanto 47% desaprovam. Considerando a margem de erro de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos, esta é a primeira vez que se registra um empate técnico no percentual da opinião dos entrevistados. A pesquisa entrevistou 2.045 pessoas, em 120 municípios, entre os dias 2 e 6 de maio.

No geral, a opinião dos entrevistados quanto ao governo federal se manteve estável em quase todas as regiões do Brasil, com exceção da região sul do país, o principal destaque da pesquisa. Em relação ao trabalho que o presidente Lula está fazendo, o sul registrou um aumento de 40% para 47% de aprovação, enquanto a desaprovção baixou de 57% para 52%. Quando questionados sobre uma avaliação geral do governo Lula, a região sul registrou um aumento da aprovação que variou de 25% para 34%. A avaliação negativa se manteve estável, de 42% para 41%, e a regular caiu de 31% para 25%. Não souberam ou não responderam a pesquisa, 1% dos entrevistados.

Enchentes RS

A região Sul tem um histórico de oposição ao governo Lula e seus aliados, o que torna o crescimento na avaliação positiva do governo como um destaque no levantamento. O principal motivo da avaliação se deve às respostas do governo frente às



Ricardo Stuckert / PR

Crescimento é reflexo de reações do governo às forte chuvas no RS

enchentes no Rio Grande do Sul. As fortes chuvas já contabilizaram 100 mortos, além de outros dois óbitos que estão sendo investigados, 130 desaparecidos e 374 feridos. As informações são da Defesa Civil do RS, divulgadas nesta quarta-feira (08). E a tendência é que o número de pessoas atingidas cresça ainda mais.

Na quarta-feira, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDIR) autorizou o repasse de R\$ 14,8 milhões para para 23 cidades gaúchas afetadas pelas fortes chuvas. Além disso, após o Congresso Nacional aprovar um projeto que flexibiliza o repasse de recursos ao estado, o governo federal definiu os valores destinados aos municípios. Cidades com até 50 mil habitantes vão receber R\$ 200 mil. Para aquelas que têm entre 50 e 100 mil habitantes os valores são de R\$ 300 mil reais. Municípios com mais de 100 mil pessoas pode-

rão acessar R\$ 500 mil reais.

Porém, essa avaliação positiva do estado frente ao governo não deve permanecer por muito tempo. Em conversa com o Correio da Manhã, o professor de Ciência Política no Centro Universitário UDF André Rosa, destacou que a avaliação foi feita em um momento de fragilidade da região, que clama uma opinião mais emotiva.

“A gente chama isso na ciência política de, dado um contexto de voto, como ‘voto emocional’ ou ‘propensão a uma opinião pública positiva através de fatores emocionais’. Ou seja, são fatores de curto prazo. Tal como tragédias, desastres, eles fazem com que um determinado agrupamento social forme a opinião pública em relação a um líder que esteja propenso a ajudar aquelas pessoas em vulnerabilidade”, explicou o cientista político.

Rosa citou como exemplo, quando o avião do então gover-

nador de Pernambuco, Eduardo Campos, caiu levando a sua morte, em 2014. Na época, a atual ministra do Meio Ambiente Marina Silva era vice de Campo e “teve um pico de popularidade onde ela foi líder nas pesquisas presidenciais”, porém esse pico não se sustenta por muito tempo. “Então é possível que a popularidade do presidente Lula tenha um pico nesse momento e depois ela volte a um percentual mais estável. A tendência é que ele diminua conforme os problemas forem sendo resolvidos”, pontuou.

Na mesma linha de pensamento, o também cientista político Tiago Valenciano destacou à reportagem que “pela primeira vez, na mesma pesquisa, alega-se que o governo está indo pra direção errada”. Em um campo da pesquisa da Quaest, 49% dos entrevistados alegaram que o governo federal não está indo na direção certa no comando do país.

Tributária: planos de saúde não vão ficar mais caros, diz Appy

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Secretário extraordinário da Reforma Tributária.

Por Ana Paula Marques

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a reforma tributária, Bernard Appy negou em audiência da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (8), que os planos de saúde vão ficar mais caros por conta das mudanças implementadas pela matéria ao sistema de cobrança de impostos no setor.

As novas regras para planos de saúde vem sendo alvos de críticas pelo setor, especialmente a regra que acabaria com a possibilidade de empresas que contratam estes serviços gerarem créditos para abater tributos — o que poderia destimular a contratação dos planos e seguros de saúde.

Um dos textos que regula a cobrança de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto Seletivo, criados na reforma tributária, já foi enviado ao Congresso, os parlamentares esperam agora o segundo projeto que deve ser analisado por um comitê próprio.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), disse nesta quarta-feira (8) que os senadores também estão sendo “cobrados” por entidades para montar um grupo de trabalho para analisar o projeto de regulamentação da reforma tributária.

Cesta básica

Em resposta ao presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, deputado Danilo Forte (União-CE), Appy afirmou que qualquer mudança nos produtos que compõem a cesta básica pode afetar a alíquota final de CBS/IBS. “É preciso entender o benefício e o custo da decisão que vai ser tomada nessa distribuição”, disse.

Alíquota média

Appy também afirmou que a alíquota média do novo sistema será mais baixa do que a alíquota média atual, principalmente porque a reforma estabelece mecanismos que combatem sonegação e fraudes e impedem dupla tributação.

Segundo o secretário, mais de 90% do projeto é de consenso com estados e municípios. Ele também adiantou que nos próximos dias, o governo deve enviar o segundo projeto de regulamentação da reforma tributária, esse tratará das regras de regulamentação do Comitê Gestor, do contencioso administrativo do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da distribuição da receita para estados e municípios.

Entretenimento

Outro assunto discutido durante a comissão é a redução de alíquota reduzida para produções artísticas nacionais, como shows musicais e peças cinematográficas (filmes), nos quais os intérpretes sejam ma-

joritariamente brasileiros, assim como atividades esportivas — incluindo ingressos para jogos de futebol.

“Nas produções artísticas, as produções nacionais em que os intérpretes sejam majoritariamente nacionais [teriam alíquota reduzida]. Se tiver show de um grande astro estrangeiro, não vai estar com alíquota reduzida, mas de um astro nacional sim. Peça de teatro vai ter alíquota reduzida”, disse o secretário Bernard Appy.

Armamento

Appy também indicou que armas e munição terão cashback, considerando os textos da reforma. Isso porque, o cashback, que ainda terão regras que serão debatidas na regulamentação da reforma, devolverá às famílias de baixa renda a devolução de 20% dos impostos federal e estadual na compra de todos os produtos, exceto aqueles com incidência do Imposto Seletivo (IS), conhecido como “Imposto do Pecado”.

As armas estariam dentro dessa seletividade, entretanto, após um destaque, a Câmara dos Deputados retirou a possibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma, aprovada em dezembro do ano passado.

“Armas, do jeito que tá, vai ter cashback, por decisão de vocês aqui (parlamentares). Tava no Imposto Seletivo e foi tirado por definição do Congresso”, disse o secretário na oportunidade.